



APRESENTAÇÃO DOS DESAFIOS

26 de Janeiro 2021

MESA REATE 2020 – BAHIA

Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis



MESA
REATE 2020
Estados



Este documento foi preparado pelo MME e apresenta as melhores estimativas com base nas informações disponíveis. Não há garantia de realização para os valores previstos ou estimados. O conteúdo apresentado está sujeito a tratamento e interpretações.



Apresentação MME

José Mauro Ferreira Coelho

Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

RESOLUÇÃO CNPE Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

INSTITUIU O COMITÊ PARA REVITALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM ÁREAS TERRESTRES

RESOLUÇÃO CNPE Nº 05/2020 REVISÃO DA RESOLUÇÃO CNPE Nº 27/2019

“Art. 3º Compete ao Comitê Executivo:

...

III - promover **fóruns de discussão estaduais**,
intitulado **Mesa REATE**, com o objetivo de articular
o encaminhamento dos assuntos relativos aos
objetivos do REATE 2020 com órgãos públicos e
privados pertinentes.”

Composição do Comitê

MÍNISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

MÍNISTÉRIO DA
ECONOMIA

CASA CIVIL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MÍNISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





Objetivos



Equacionar os desafios relacionados a cadeia de P&G terrestre a nível estadual com os diversos atores envolvidos, visando o desenvolvimento de um melhor ambiente para negócios.

Ser o braço executivo para a definição de estratégias para o enfrentamento de desafios regionais no que tange o aperfeiçoamento do arcabouço legal e regulatório.

Manutenção da transparência, articulação, comunicação e do engajamento dos atores envolvidos.

Metodologia

Fóruns itinerantes periódicos nos estados produtores e, no futuro, também nos estados potencialmente produtores de petróleo e gás em terra.



Reuniões de trabalho regionais e periódicas

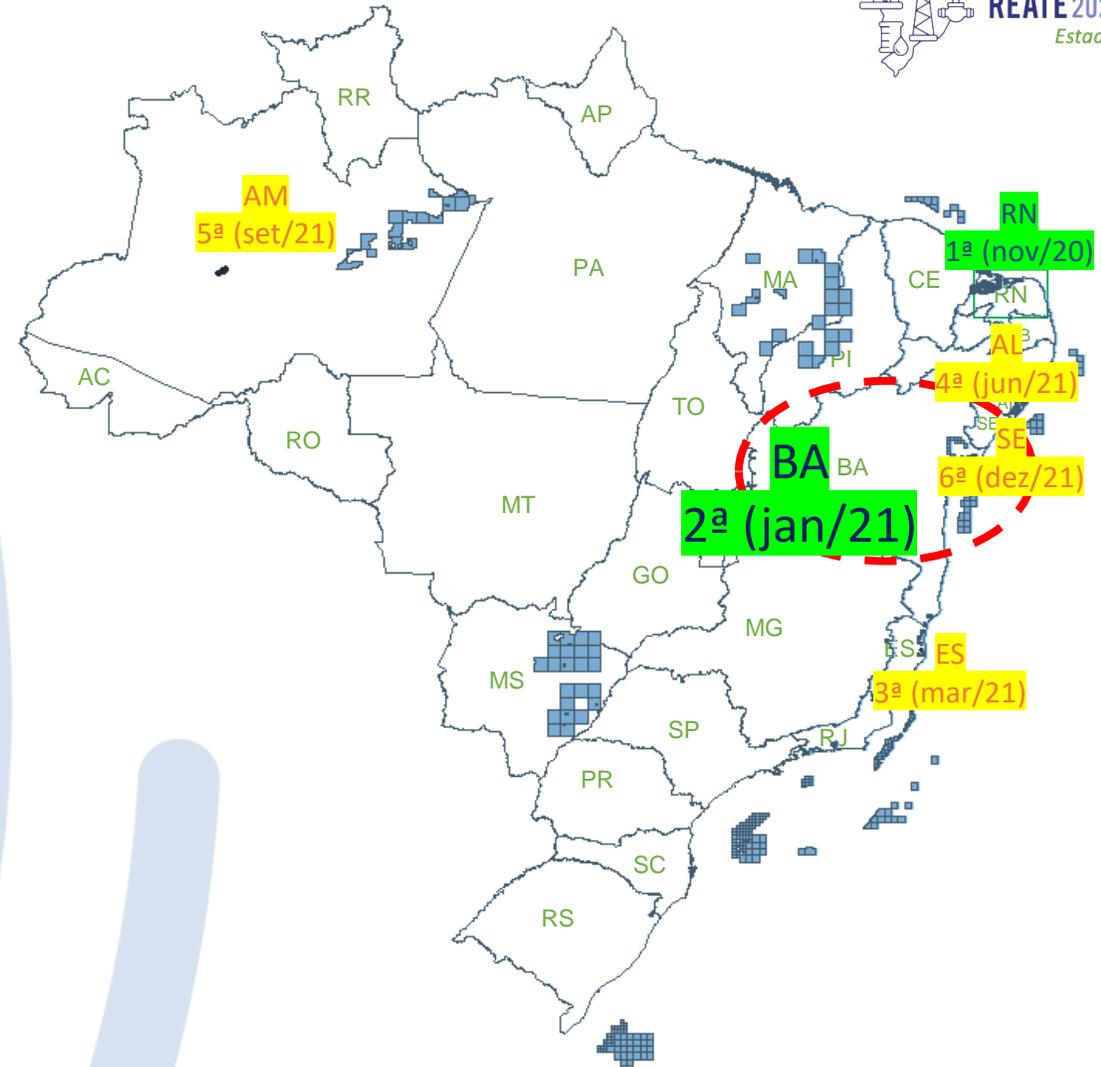
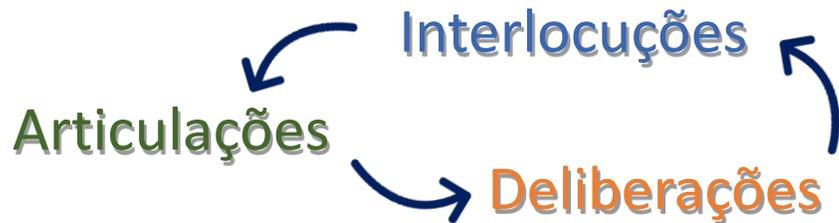


Comitê REATE

+ Órgãos estaduais

+ Empresas

+ Demais Envolvidos



Diligente enfrentamento dos entraves vividos pelo Setor

Dinâmica da MESA



MESA
REATE 2020
Estados

MME coordena e conduz a reunião, iniciando com a **apresentação dos problemas e desafios** identificados por meio da consulta (1 Etapa);

Cada desafio é discutido de forma individual, buscando-se a melhor solução, com **indicação dos responsáveis, cronograma de trabalho e prazos**. Tal dinâmica é repetida até o último problema identificado;

Registro em Ata das discussões e encaminhamentos.

Ao término da Mesa, todos deverão **dar ciência do conteúdo gerado**, comprometendo-se com os pontos tratados.



Resumo das Contribuições

36 contribuições recebidas com respectivas **propostas de solução/encaminhamento**, visando o desenvolvimento de um **melhor ambiente para negócios**.

Das quais:

26 foram condensadas, por similaridade, em **10 temas** que constam na pauta da MESA REATE.

10 foram consideradas **fora do escopo proposto**.

Os desafios foram direcionados para **17 instituições** responderem sobre os possíveis encaminhamentos, das quais **9 responderam**.



Apresentação EPE

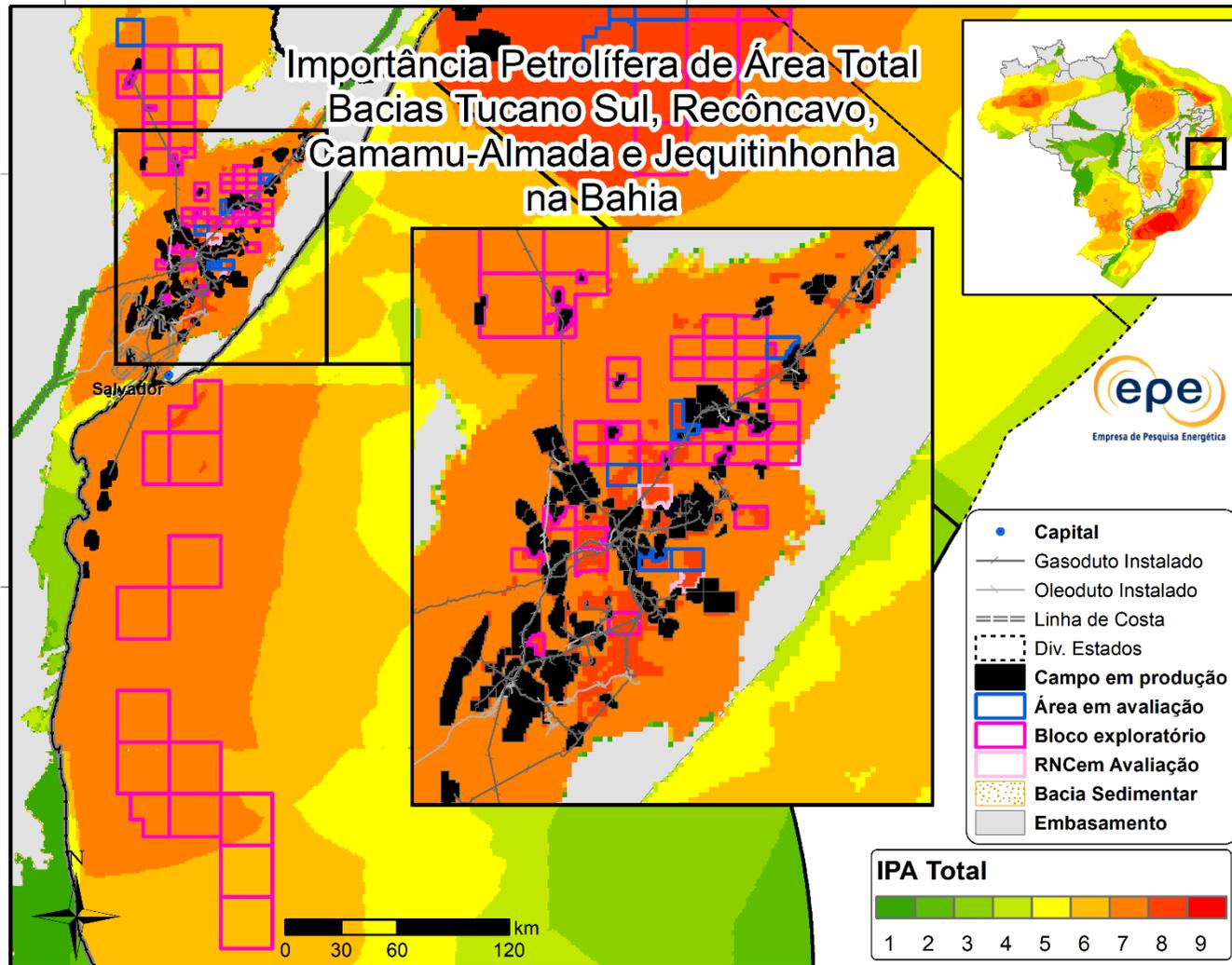


Marcos Frederico Farias de Souza
Superintendente de Petróleo e Gás Natural

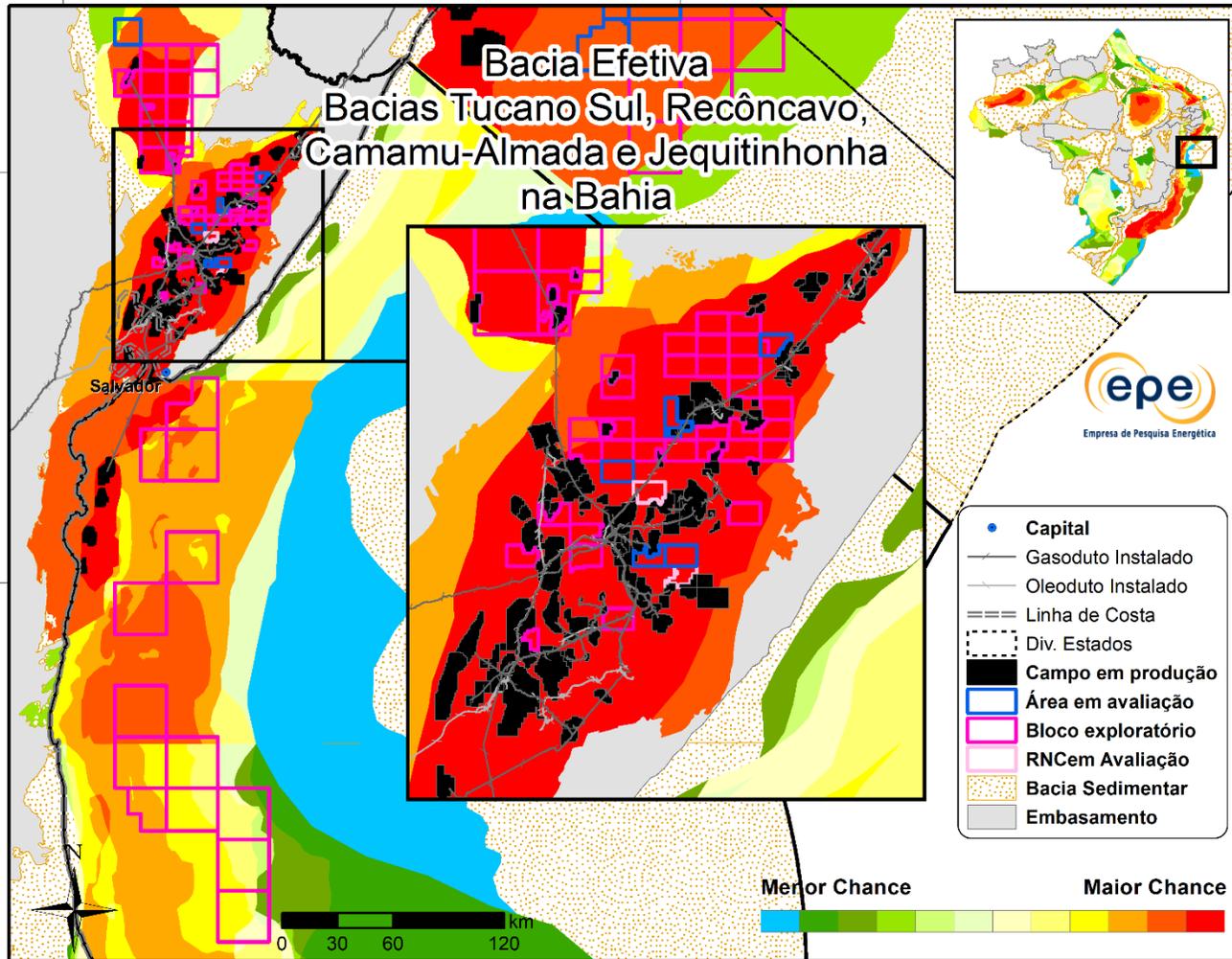


Perspectivas para o Setor de Petróleo e Gás Natural na Bahia

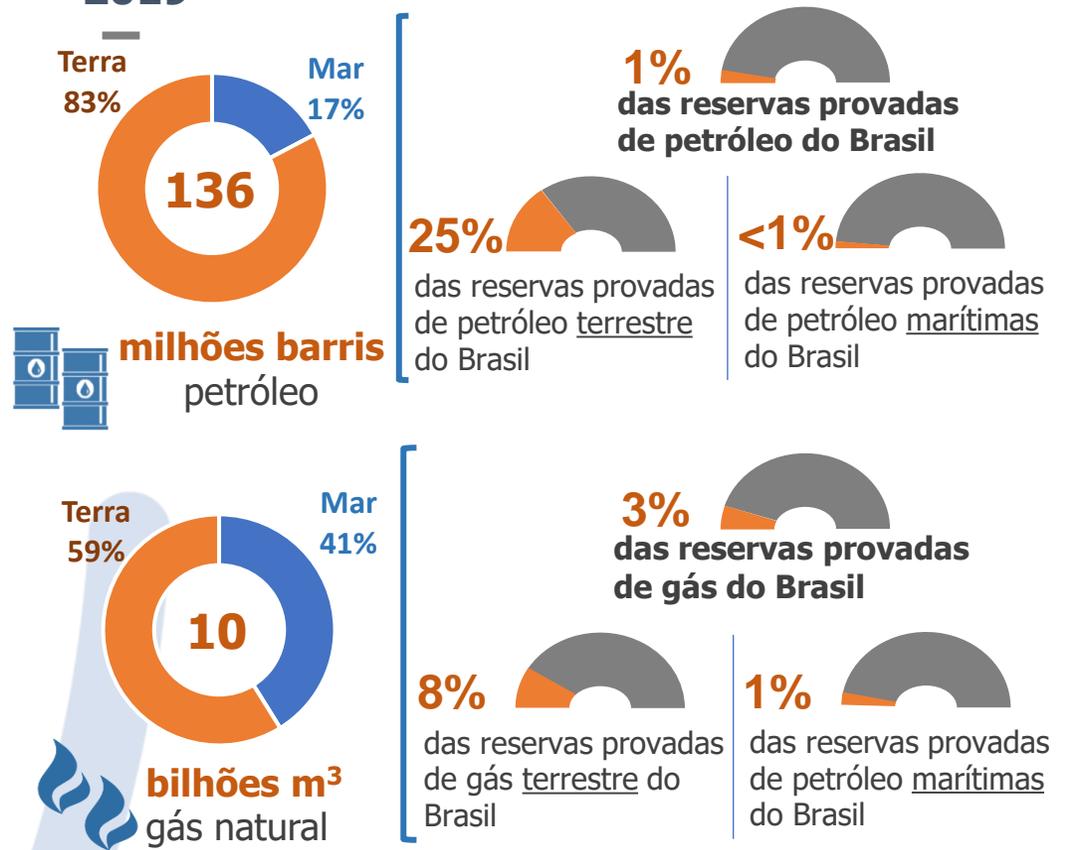
Importância Petrolífera de Área (IPA) do Estado da Bahia



Bacias efetivas do Estado da Bahia

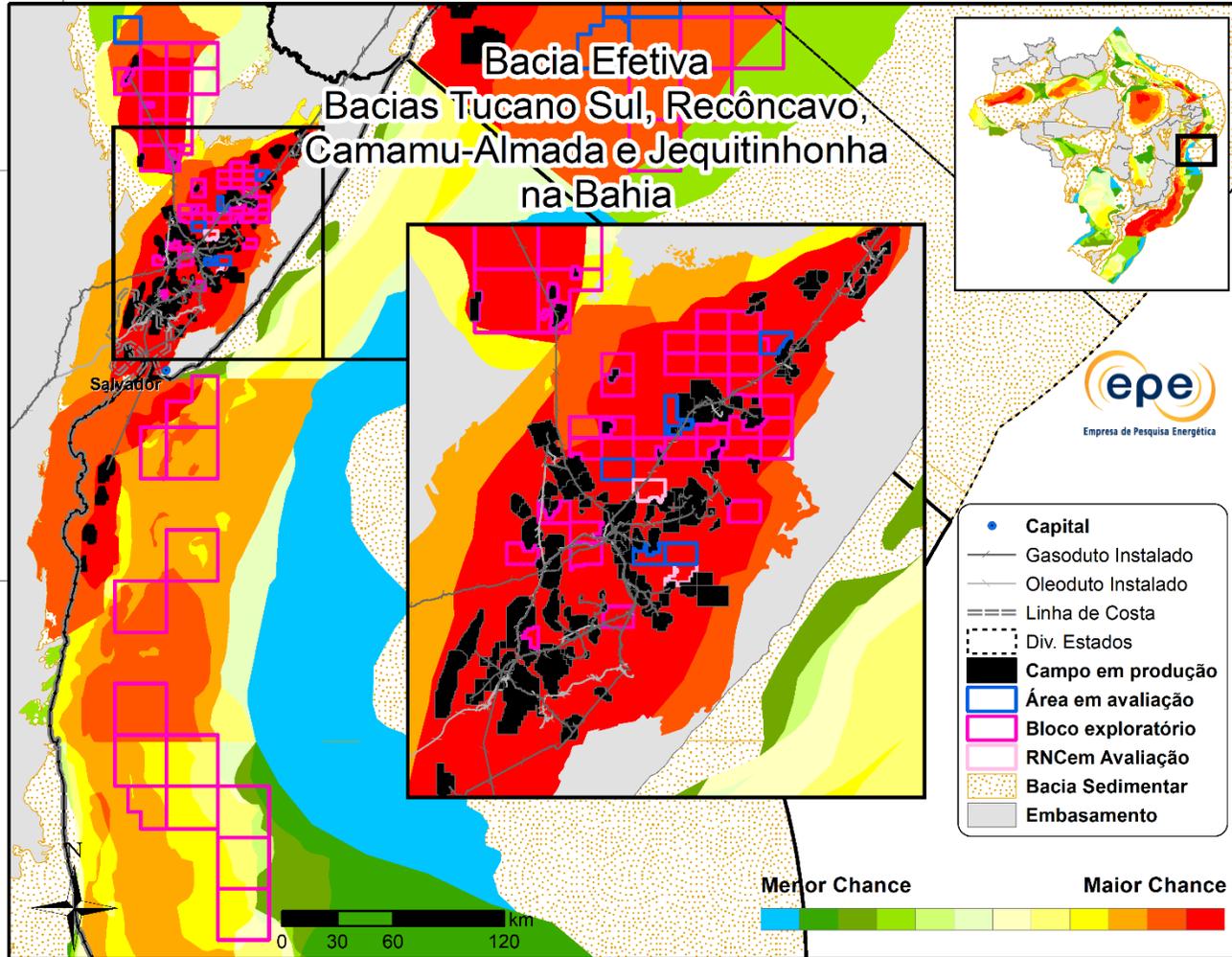


Reservas provadas do Estado da Bahia em 2019



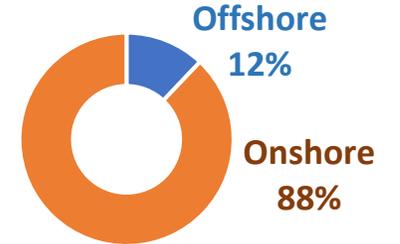
Fonte: ANP

Detalhamento das atividades No Estado da Bahia



Atividades no Estado da Bahia

7171 poços perfurados



67 blocos em exploração



99 campos em produção

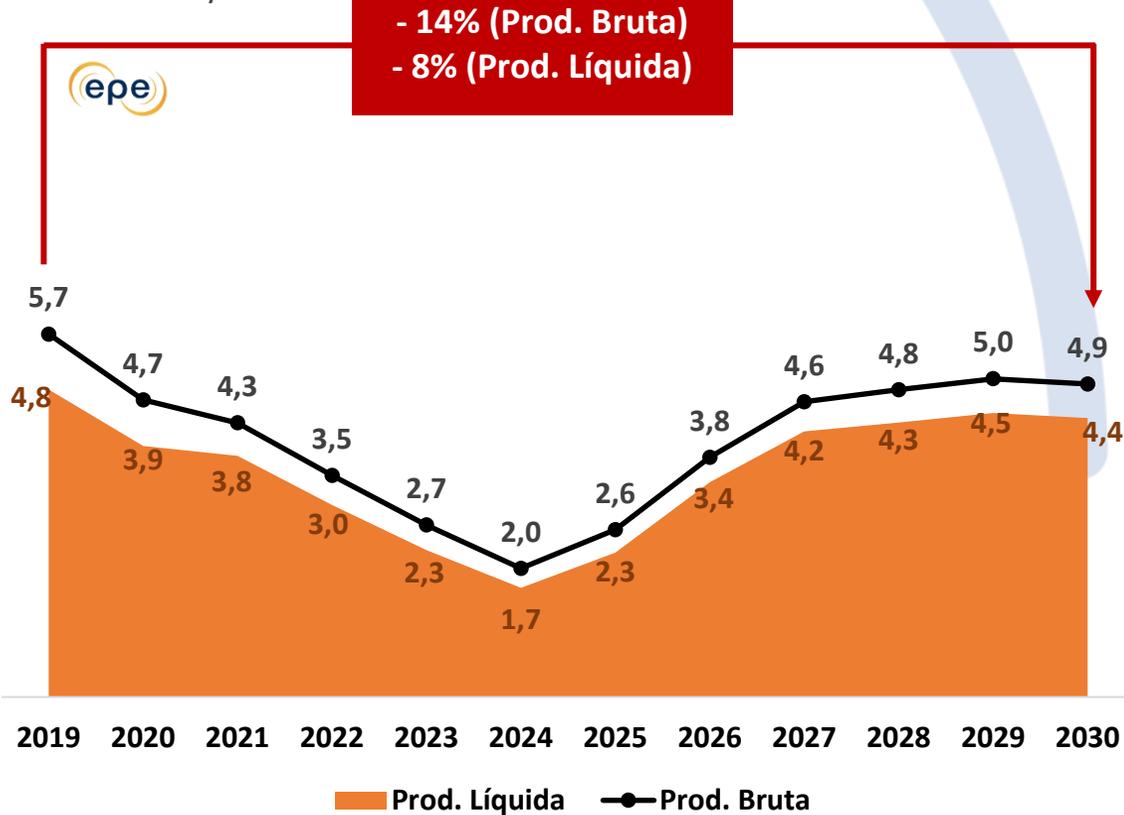


6 áreas em avaliação

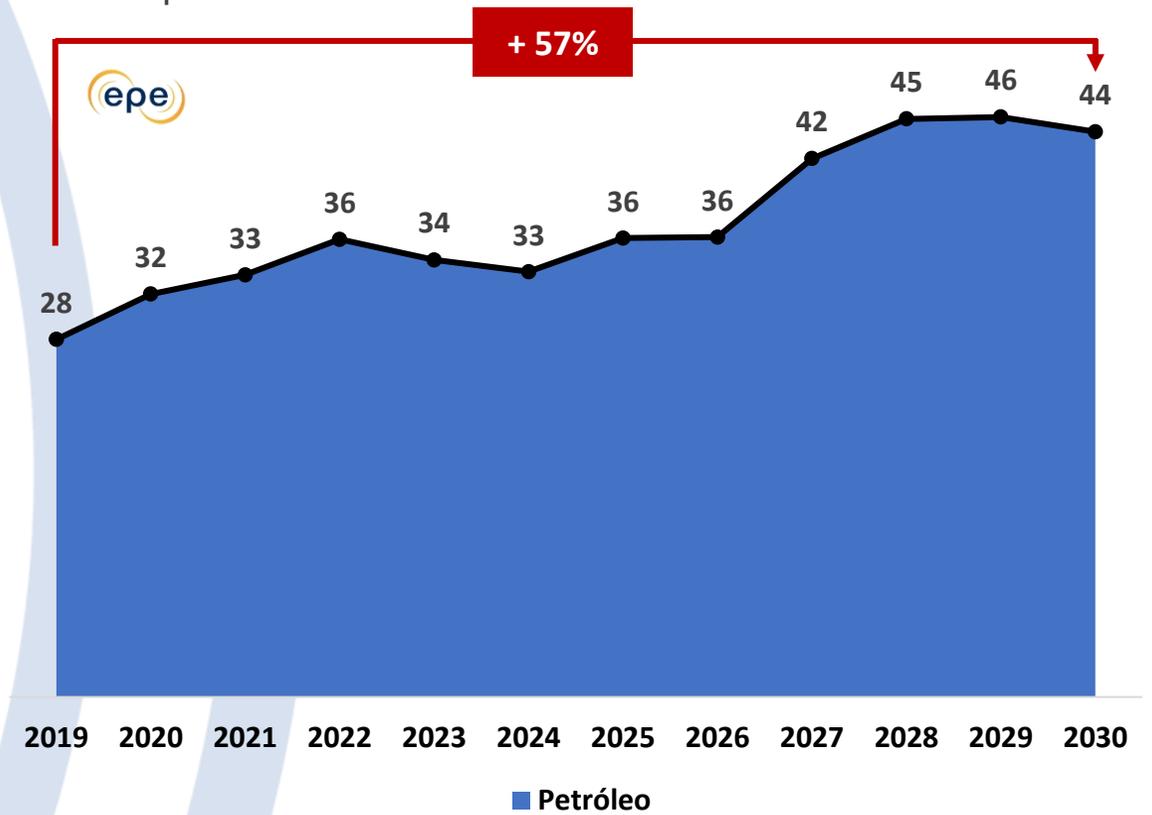


Produção potencial do Estado da Bahia

Produção Potencial de Gás Natural do Estado da Bahia
milhões m³/d



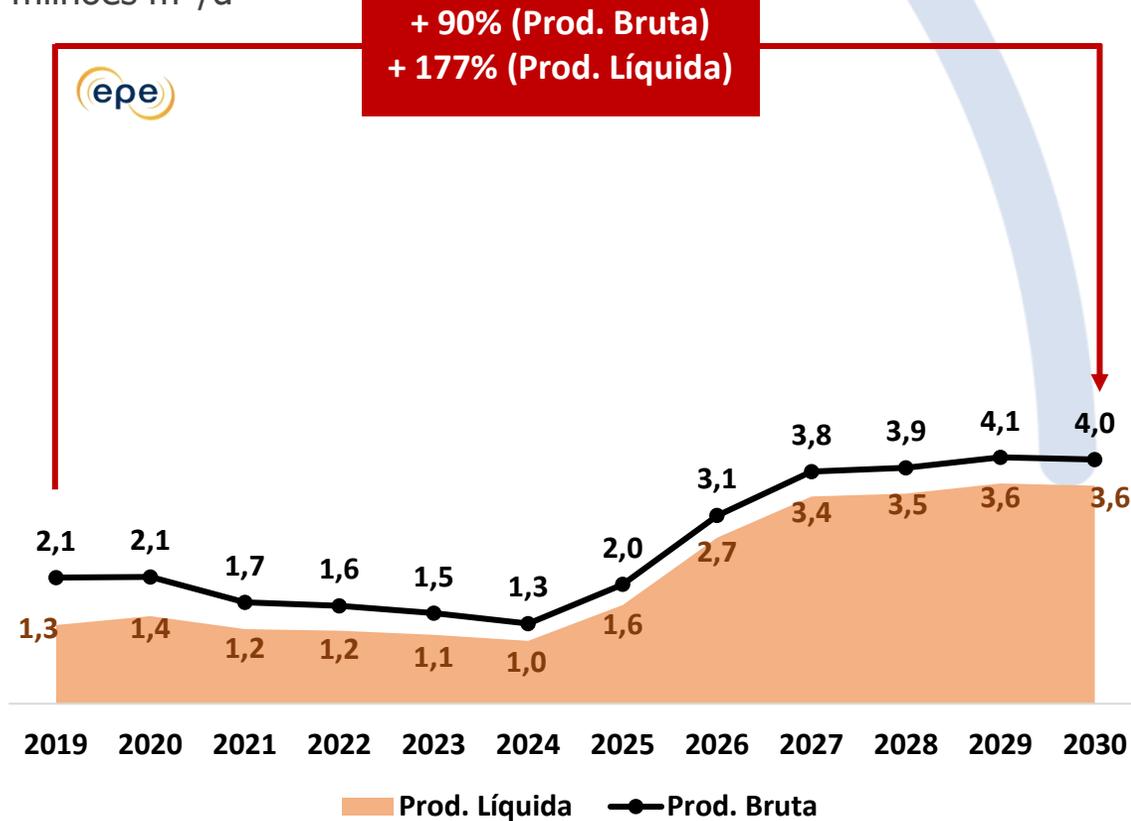
Produção Potencial de Petróleo do Estado da Bahia
mil barris por dia



Produção potencial *onshore* do Estado da Bahia

Produção Potencial de Gás Natural do Estado da Bahia

milhões m³/d

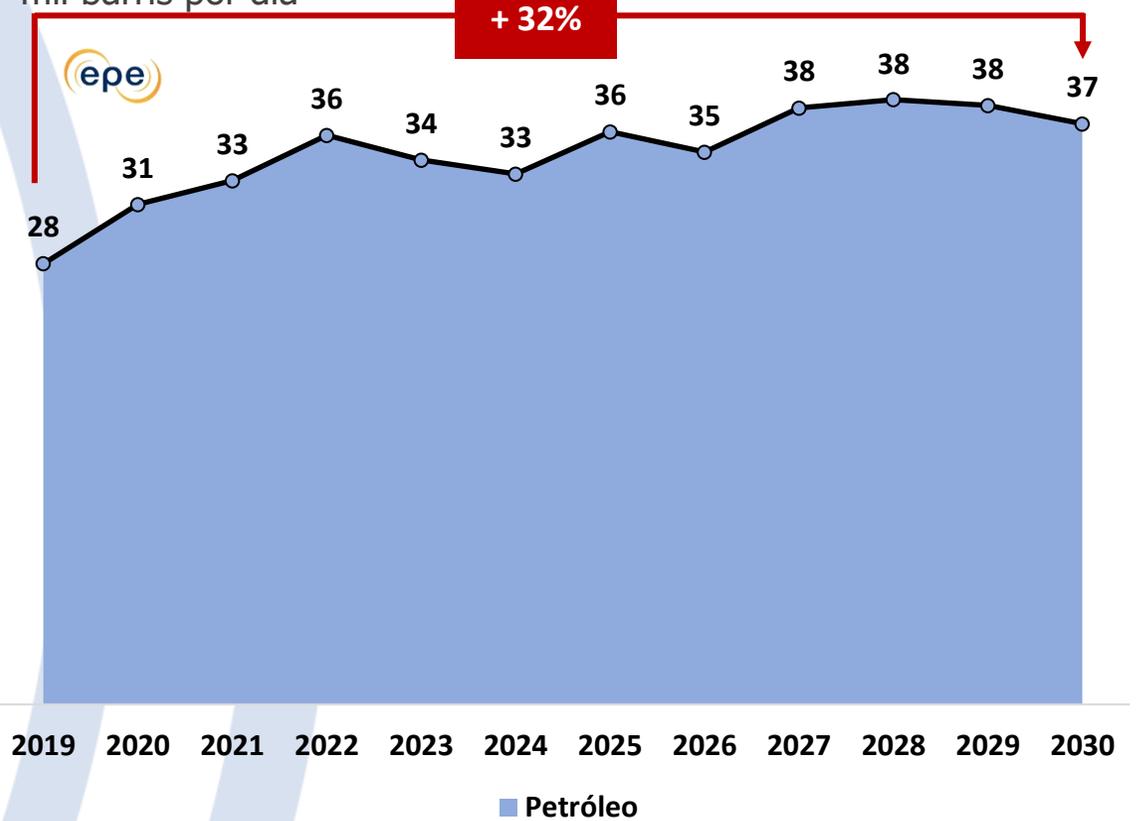


A previsão de produção para gás não associado apresenta um aumento a partir de 2024 relativo a entrada em produção de recursos contingentes e não descobertos.

Fonte: EPE

Produção Potencial de Petróleo do Estado da Bahia

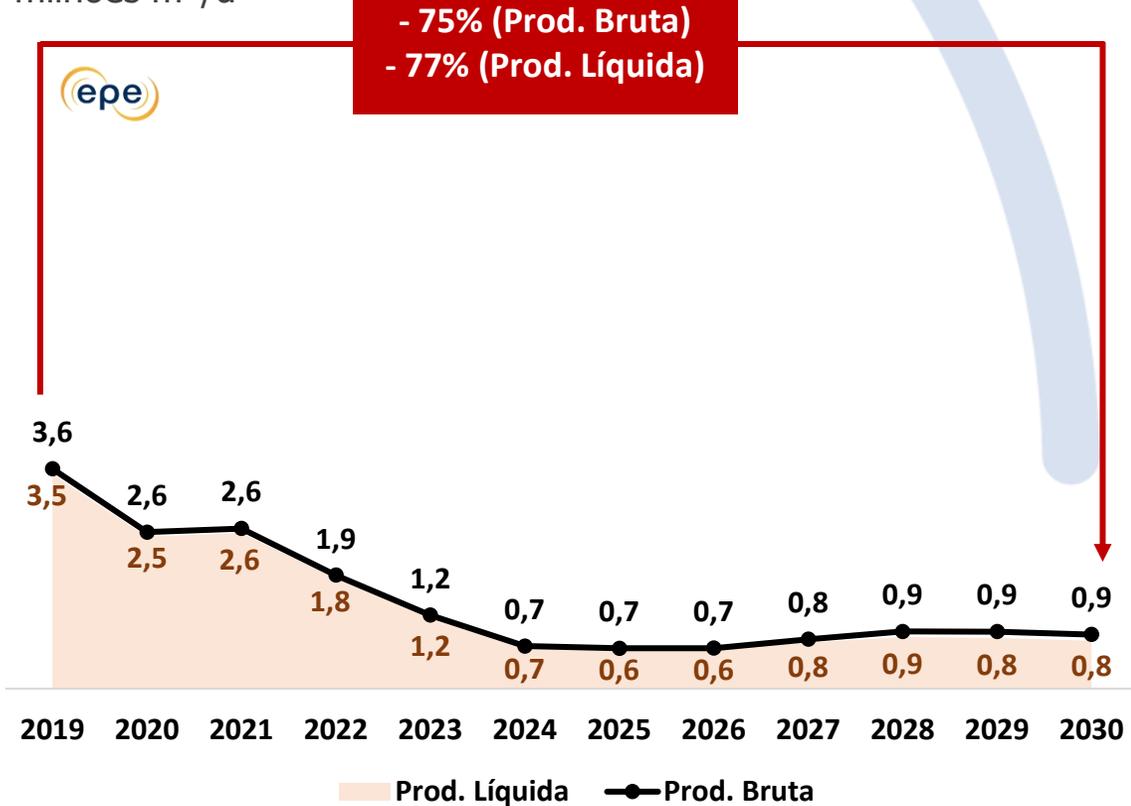
mil barris por dia



A previsão de produção de petróleo se mantém estável com 85 áreas em declínio e a entrada em produção de 50 novas áreas dentre recursos contingentes e não descobertos.

Produção potencial *offshore* do Estado da Bahia

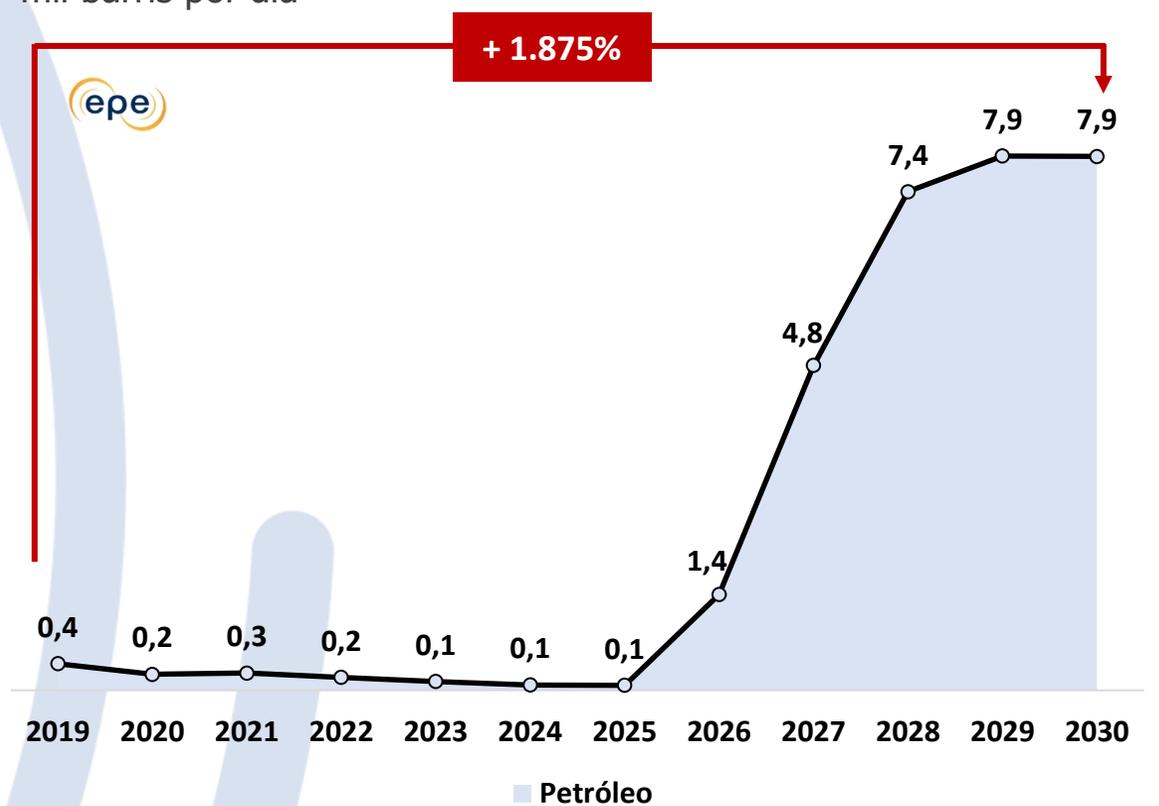
Produção Potencial de Gás Natural do Estado da Bahia milhões m³/d



A previsão é composta pelo declínio da produção de gás não associado em Manati, o início da produção no campo de Pinaúna em 2026 (GA e GNA) e em Camarão em 2027 (GA).

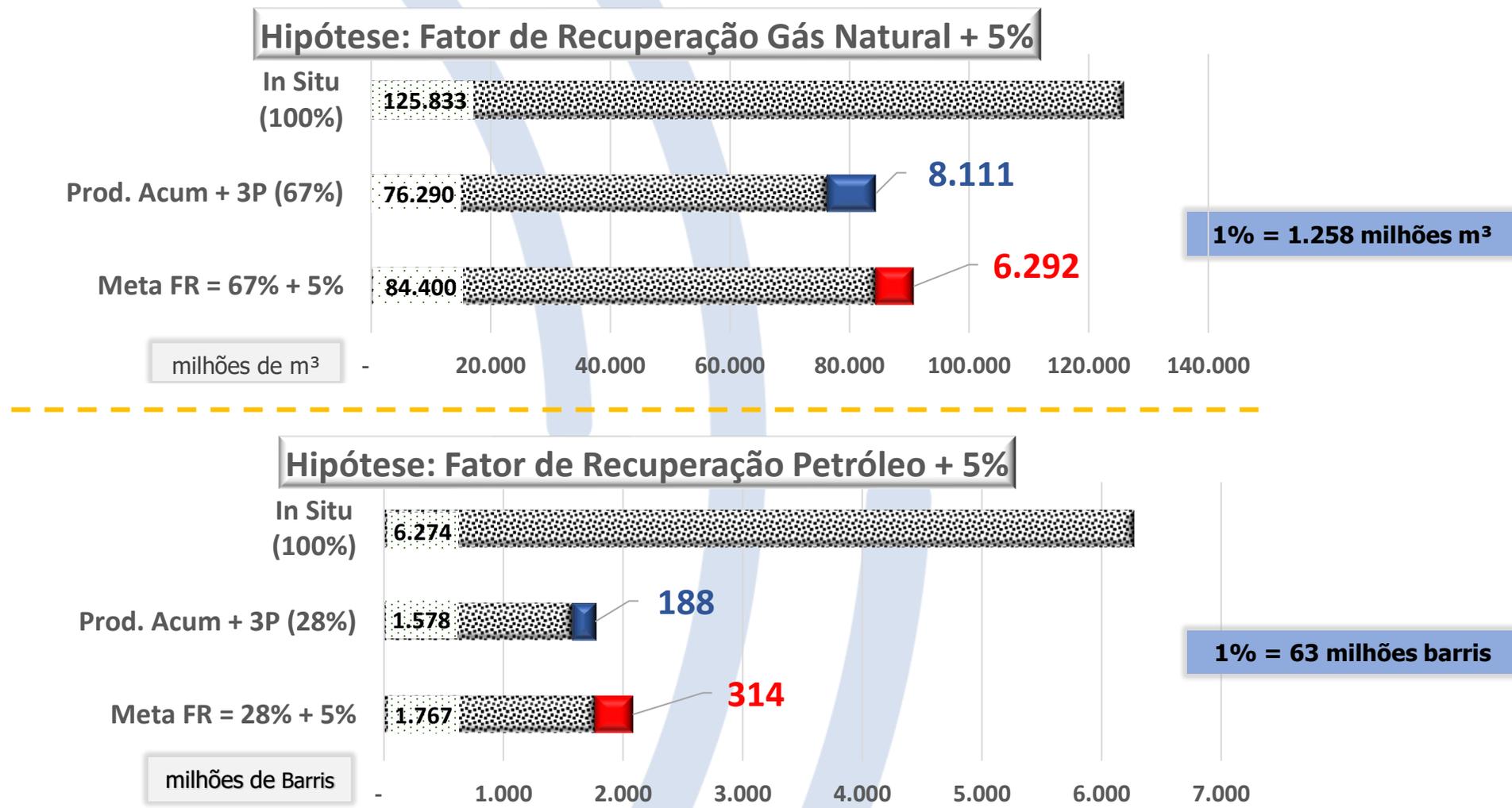
Fonte: EPE

Produção Potencial de Petróleo do Estado da Bahia mil barris por dia

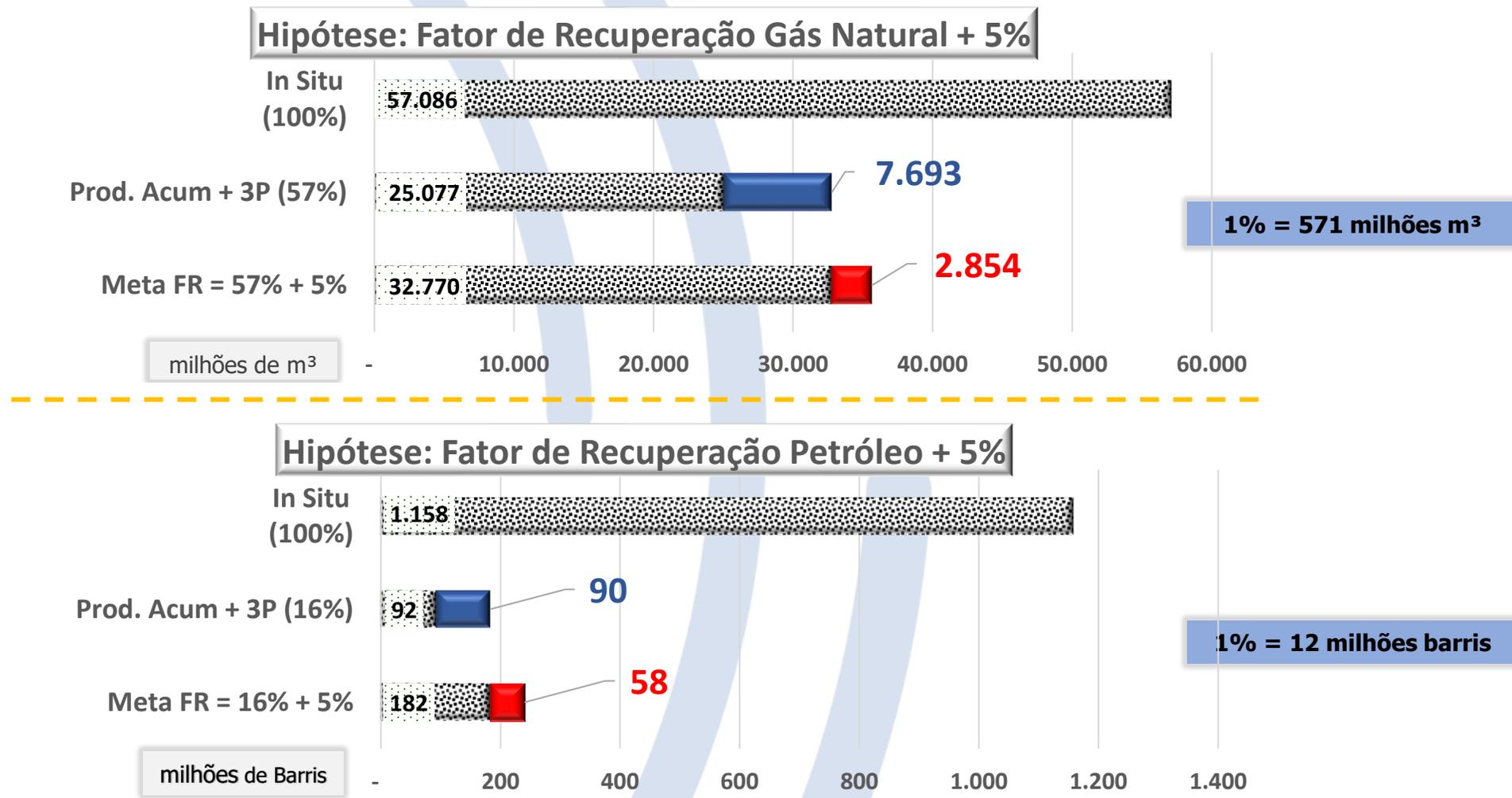


A previsão de produção de petróleo é resultado do declínio em Manati e da entrada em produção dos campos de Pinaúna em 2026 e Camarão em 2027.

Simulação do Aumento do Fator de Recuperação (FR) do Estado da Bahia (onshore)

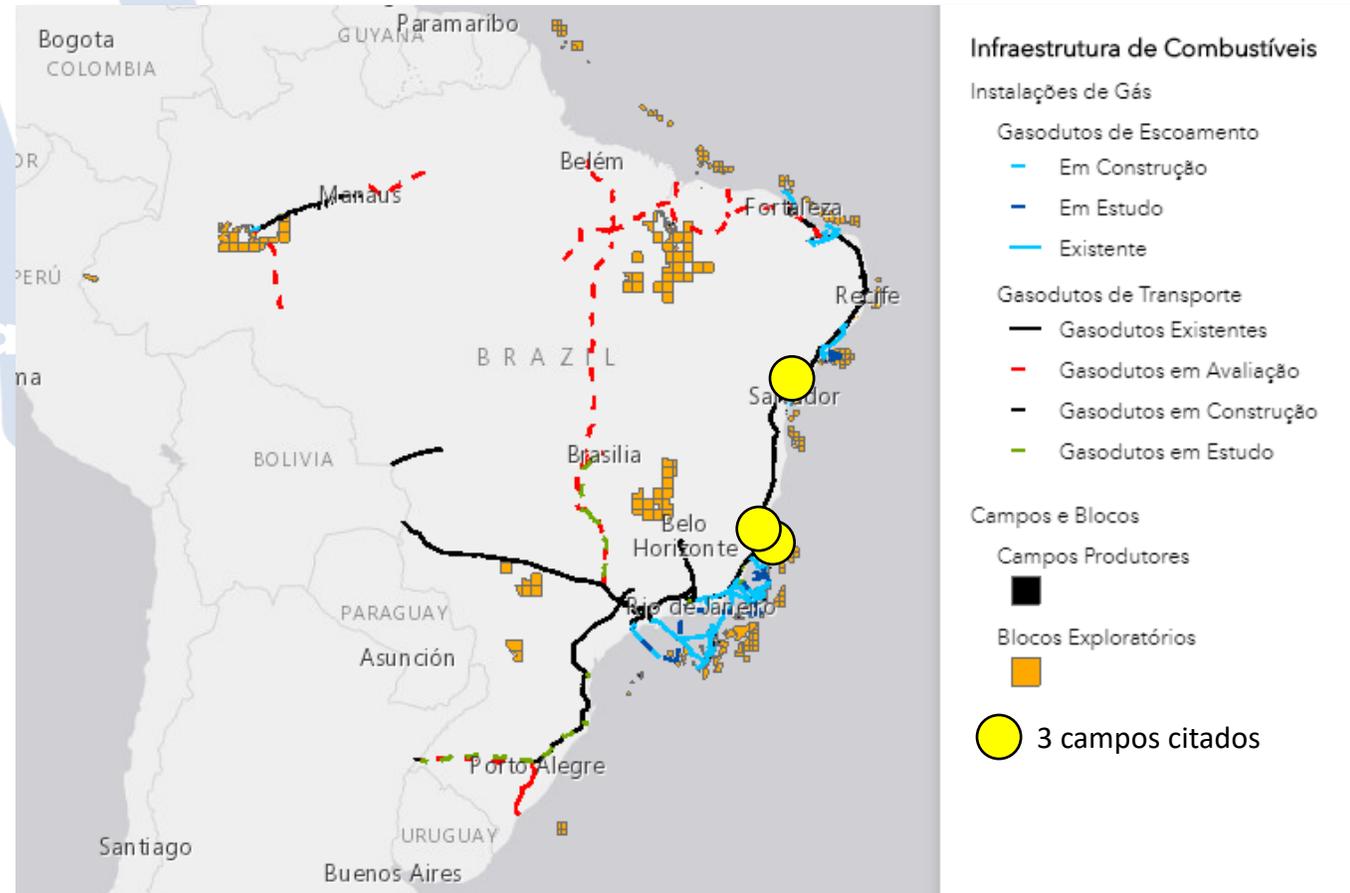


Simulação do Aumento do Fator de Recuperação (FR) do Estado da Bahia (offshore)



Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN)

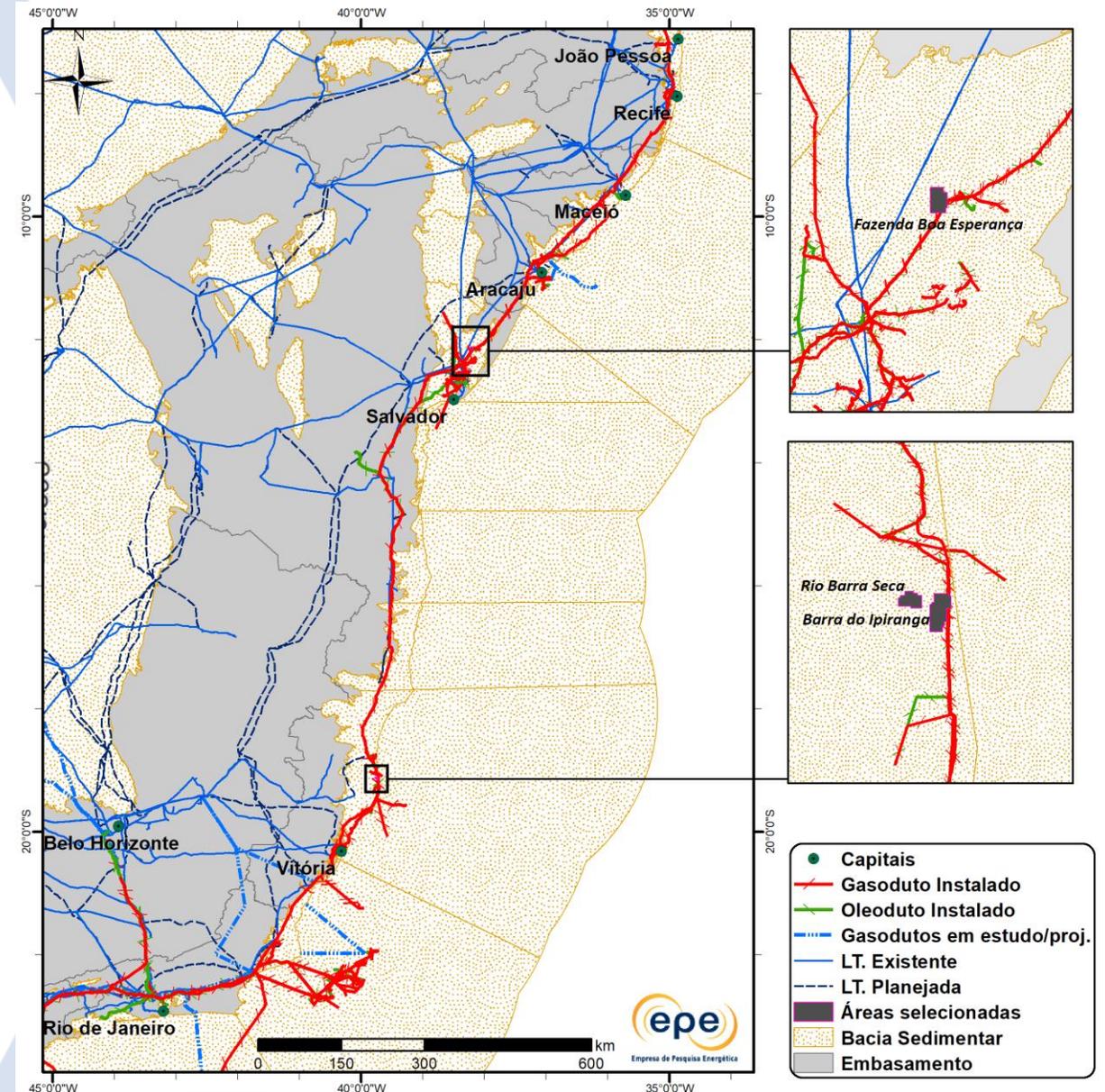
- Levantamento preliminar de campos devolvidos ou em processo de devolução
 - 64 áreas no total
 - 22 contam com sumário executivo e 13 com BMP
 - Apenas 3 já produziram mais de 100 milhões de m³ acumulados de gás natural
 - Barra do Ipiranga/ES
 - Fazenda Boa Esperança/BA
 - Rio Barra Seca/ES



Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN)

- Fazenda Boa Esperança/BA
~150 milhões de m³ de gás útil
- Rio Barra Seca/ES
~370 milhões de m³ de gás útil
- Barra do Ipiranga/ES
~700 milhões de m³ de gás útil

* Considerando estimativa simplificada de 50% da capacidade total para gás de base, e 50% para gás útil.





Apresentação ANP

Dirceu Cardoso Amorelli Junior

Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis



Apresentação MME

Rafael Bastos da Silva

Diretor de Política de Exploração e Produção de Petróleo e
Gás Natural

Atualização da Mesa REATE RN



Rafael Bastos da Silva

Diretor de Política de Exploração e Produção de Petróleo e
Gás Natural

Desafio nº 2

1) Definição do acesso à UPGN Guamaré - Petrobras e ANP tem até 20/12/2020 para definir uma solução simplificada e mais imediata do sistema de medição e , se for necessário, informar o cronograma mais acelerado para adequação do mesmo.

Responsáveis:

ANP e Petrobras



Situação

Em reunião realizada no dia 09/12/2020 entre o NFP e a Petrobras, o NFP manifestou que o ponto crítico de adequação é o nº 11, devendo este receber prioridade.

A Petrobras entende que os demais pontos também deveriam ser adequados antes do compartilhamento, entretanto vai adequar o cronograma com a prioridade indicada.

Durante a reunião a Petrobras indicou um tempo estimado de 120 dias para adequação do ponto nº 11.

ANP acredita que 60 dias seriam suficientes.

Desafio nº 2

2) Definição do preço do acesso e do processamento da UPGN de Guamaré: fev/2020.

Responsáveis:

ANP e Petrobras



Situação

Petrobras encaminhou às contrapartes que manifestaram interesse, e que celebraram os respectivos Acordos de Confidencialidade até 31/12/2020, o indicativo do preço para dar continuidade das negociações de acesso à infraestrutura.

Desafio nº 3

1) Dar feedback periódico dos pedidos de acesso às infraestruturas de produção e tratar estes processos com prioridade dentro da ANP

Responsáveis:

ANP



Situação

Até o momento, apenas foi endereçado o caso do acesso ao Oleoduto Bonsucesso-Atalaia (OBA).

A ANP ressalta que é necessário que os agentes a provoquem, para que, eventualmente, seja instaurado um processo de resolução de conflito .

Desafio nº 3

2) Verificar com a Petrobras as soluções para a armazenagem do petróleo dos operadores (Tema objeto de um GT entre Petrobras e ABPIP)

Responsáveis:

ANP



Situação

A Portaria ANP nº 251/2000, ora em revisão, endereça o tema para os casos de terminais marítimos.

Caso ocorra negativa de acesso, as empresas podem provocar a ANP, para que o processo de resolução de conflito seja instaurado.

Desafio nº 4

2) A ANP verificará, no âmbito da regulamentação vigente, que ações poderão ser adotadas para os Campos em que os desinvestimentos da Petrobras não ocorrerem dentro do cronograma previsto.

Responsáveis:

ANP



Situação

A Petrobras solicitou nova prorrogação, para 31/06/2021.

A Resolução de Diretoria nº 1032/2020, decidiu :

I) aprovar a dilação de prazo para o protocolo dos Termos de Cessão dos campos dos Polos de Recôncavo, Miranga, Remanso, Garoupa, Peroá-Cangoá, Merluza e Ceará Mar de 31/12/2020 para 30/06/2021;

II) aprovar a inclusão dos 15 campos dos polos que não tiveram sucesso no processo de desinvestimento da Petrobras nos novos Polos de Carmópolis, Potiguar e Urucu, devendo fixar um prazo para o protocolo dos Termos de Cessão desses campos para até 31/12/2021, devendo a Petrobras apresentar relatórios trimestrais com o resultado de cada portão do seu processo de desinvestimento, podendo a ANP iniciar o processo de extinção contratual para os campos sem produção caso conclua que não houve evolução do processo; e

III) nos casos de insucesso da negociação no âmbito do processo de desinvestimento da Petrobras será iniciado o processo de extinção contratual quando do vencimento do prazo adicional, para os campos que: (a) já tenham sido notificados segundo a Resolução CNPE nº 2/2016 e; (b) o prazo dado a partir da notificação, para retomada de produção ou conclusão de desinvestimentos, não tenha sido cumprido.

Desafio nº 5

1) Realização de um Workshop para tratar dos pontos de melhoria do processo de cessão de direito,

Responsáveis:

ANP e ABPIP



Situação

1) Workshop previsto para mês de fevereiro de 2021 (Virtual).

2) Adicionalmente, a ANP propõe a Revisão do Manual de Procedimento de Cessão, até março de 2021, com a intenção de tornar o documento mais didático e enfático sobre os pontos mais relevantes.

Desafio nº 6

2) Enquanto a Diretoria Colegiada não deliberar sobre a criação da Superintendência de Campos Maduros e Marginais, a ANP definirá quem será o ponto focal do REATE para fazer a interlocução entre o mercado e as Superintendências da ANP.

Responsáveis:

ANP



Situação

Até que a ANP se pronuncie sobre o tema, os representantes da Agência no REATE são os pontos focais para realizar a interlocução entre o mercado e as Superintendências (Mariana Cavadinha e Hugo Saad).

Desafio nº 10

1) A ANP informará os resultados do GT criado para tratar da “redução de custos para acessos a dados técnicos públicos disponíveis na ANP” até dezembro de 2020.

Responsáveis:

ANP



Situação

O GT elaborou uma Nota Técnica que recebeu solicitação de novos esclarecimentos pela Procuradoria Federal junto à ANP.

Os esclarecimentos foram prestados e o assunto foi encaminhado novamente para apreciação da Procuradoria.

Desafio nº 11

1) Tratativas para a UFRN ser Fiel Depositária e implementar a litoteca no Rio Grande do Norte

Responsáveis:

ANP e UFRN



Situação

A UFRN deverá comprovar que possui infraestrutura capaz de armazenar as amostras, e que possui capacidade de manutenção das mesmas.

Havendo a infraestrutura, a ANP realiza vistoria, e posterior autorização de mudança de guarda das amostras.

Desafio nº 11

2) MME entrará em contato com o prof. Francisco Pinheiro para a inserção dos projetos de pesquisa da UFRN necessários para a criação da litoteca como Projetos Prioritários de PD&I no âmbito do REATE2020 para apresentação posterior ao IBP.

Responsáveis:

ANP e UFRN



Situação

MME fez o contato com a UFRN, mas até a presente data não foi informado os projetos de pesquisas.

Em paralelo o IBP já foi contatado para que o tema do incentivo ao investimento nos projetos de PD&I onshore seja apresentado e discutido no âmbito de sua Comissão de Tecnologia e Inovação.

Desafio nº 11

3) MME, ANP e EPE apresentará um plano de trabalho para a identificação de temas/linhas estratégicas de PD&I para o país na área de Petróleo e Gás.

Responsáveis:

ANP e UFRN



Situação

Os temas de interesse de PD&I do onshore foram apresentados no relatório do REATE 2020. A Mesa REATE pode adicionar mais temas de interesse.

Será realizada uma reunião na Comissão de Tecnologia e Inovação do IBP para tratar de mecanismos para estimular as empresas a investir nesses temas.

Fato novo: PL 5066/2020

Desafio nº 14

1) Levantamento das necessidades dos fornecedores e operadores. A REDEPETRO e ABPIP devem estimular os fornecedores e operadores a responder o questionário

Responsáveis:

SENAI



Situação

Emitido em 12/01/2021, pelo SEBRAE/RN, com apoio da FIERN, ABIPIP, Governo do Estado do RN e REDE PETRO/RN, Relatório sobre o Levantamento de Informações com Empresas Fornecedoras de Bens e Serviços da Indústria de Petróleo e Gás, Localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.



Apresentação MME

José Mauro Ferreira Coelho

Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

DESAFIOS E ENCAMINHAMENTOS BAHIA



MESA
REATE 2020
Estados



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PAUTA MESA REATE - BAHIA 26 DE JANEIRO 2021



O evento Mesa REATE Bahia será realizado apenas na modalidade on-line.

A: ACOMPANHAMENTO SOBRE OS TEMAS TRATADOS NA MESA REATE RN

B	Tema	Desafio
1	Licenciamento Ambiental	Renovação de licenças ambientais vencidas
2	Mercado, Regulação, Bens e Serviços	Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia
3	Mercado e Regulação	Acesso a infraestrutura de escoamento e outras instalações essenciais relacionadas a petróleo e gás natural
4	Mercado	Desinvestimento da Petrobras
5	Bens e Serviços e Licenciamento Ambiental	Poço Transparente
6	Mercado	Comercialização de Petróleo e Gás Natural - Redução da assimetria entre compradores e vendedores
7	Dados Técnicos	Banco de Rochas no estado da Bahia
8	Regulação	Revisão dos critérios para exigência do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção de Petróleo e Gás Natural (SGI)
9	Bens e Serviços	Fomentar a cadeia de bens e serviços local
10	Logística	Armazenamento de gás natural

Desafio nº 1

Tema: Licenciamento Ambiental

Renovação das licenças ambientais vencidas.

Remetente: ABPIP

Representante(s) para Tratamento:
INEMA

Propostas de Encaminhamentos

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA) – Temos realmente diversos processos, principalmente da PETROBRAS, ainda em processo de renovação, mas devemos lembrar que, conforme o Art. 159 do Decreto 14.024/2012, a renovação das licenças e autorizações ambientais deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença/autorização, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental licenciador. Temos feito um enorme esforço na emissão dessas licenças, mas temos poucos técnicos para avaliar esses processos, que anteriormente eram de responsabilidade da Diretoria de Fiscalização e agora é da Diretoria de Regulação (DIRRE), que conta com maior número de técnicos e mais experientes. A Coordenação de Indústrias tem se concentrado nesse passivo de processos e estão atualmente em análise nesta coordenação de vários processos de RLO vindos da DIFIS e que estavam parados sem análise.

Desafio nº 2a

Tema: Bens e Serviços

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia – Criação de BOLSA DE GÁS NATURAL, onde as Operadoras informam seus volumes ainda não monetizados, para potencializar e agilizar a compra, pelas empresas consumidoras.

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:
ABPIP/ANP

Propostas de Encaminhamentos

ABPIP - Em entendimentos com a SDE verificamos que não se trata propriamente de uma "bolsa", uma vez que não haveria a comercialização em si do energético mas sim trata-se de um meio (plataforma, site, informativo, etc.) com informações da disponibilidade do gás a ser informado por parte dos produtores para facilitar a possibilidade de ser visualizada por agentes potenciais demandantes. Feito esse esclarecimento, e considerando ser uma boa iniciativa, entendemos que o mercado de gás tem ainda alguns desafios a serem superados que impactam mais do que essa eventual falta de informação para demandantes, apesar de ser útil em casos onde não seja necessário, por exemplo, acesso a infraestrutura de escoamento e tratamento do gás. Eventualmente, pode ser até que em um futuro possa evoluir para uma bolsa propriamente dita, com câmara de liquidação etc. Podemos contribuir na construção desta iniciativa, junto com o Governo do Estado, trabalhando em conjunto que a secretaria que tiver mais aderência ao tema. Sabemos que existem intenções que esta informação seja disponibilizada através do site da ABPIP, o que podemos buscar apreciação interna quanto a essa possibilidade sem no entanto deixar de registrar que entendemos ser mais adequado no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômica (SDE) por ser o portal de captação de investimento privado no Estado e além do que nem todos produtores de gás da Bahia atualmente são associados da ABPIP, o que dificultaria o acesso a informação. Mas independente onde sejam alocadas tais informações, entendemos que sempre deverá ser respeitado o direito de qualquer produtor (associado ou não) querer disponibilizar tais dados. (continua)

Desafio nº 2a cont

Tema: Bens e Serviços

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia – Criação de **BOLSA DE GÁS NATURAL**, onde as Operadoras informam seus volumes ainda não monetizados, para potencializar e agilizar a compra, pelas empresas consumidoras.

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:
ABPIP/ANP

Propostas de Encaminhamentos

ANP - Terminou em 18/01/2021 a consulta prévia do “Modelo Conceitual do Mercado de Gás na Esfera de Competência da União, Carregamento e Balanceamento”, onde está sendo discutida a comercialização e a formação dos “hubs virtuais de comercialização”. O documento pode ser acessado no link: <http://www.anp.gov.br/arquivos/cp/2020/cp01/cp1-2020-modelo-conceitual.pdf>. Neste documento estão dispostos os principais conceitos para a formação do novo mercado e como que ele deve evoluir. Adicionalmente a ANP promoveu em 11/01/2020 o primeiro de três workshops para debater o tema.

Desafio nº 2b

Tema: Regulação

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia – Interiorização do gás natural via GNC e GNL (corredores azuis)

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Propostas de Encaminhamentos

SDE/BA - A Bahiagás identificará áreas remotas distantes da malha de distribuição de GN, de forma a estudar o potencial econômico para implantação dos moldais de GNC e GNL a partir das fontes de produção do onshore baiano.

Desafio nº 2c

Tema: Regulação

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia –

Permissão para implantar fornecimento canalizado de GN, especificado, direto de poços a postos de combustíveis (GNV)

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:

ANP

Propostas de Encaminhamentos

ANP - Os dutos que entregam para consumidor final produto já especificado, conforme a Resolução ANP nº 16/2008, devem ser classificados como sendo de distribuição, não estando sob a égide regulatória da ANP. Eventualmente, se no caso concreto o agente puder ser enquadrado como autoprodutor, o duto poderá ser construído em consonância com disposto no Art. 46 da Lei 11.909/2008.

Desafio nº 2d

Tema: Regulação

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia –

Estruturar programa de financiamento para ampliar a frota de veículos movidos a GNV

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:

Agência de Fomento do Estado da Bahia - DESENBAHIA

Propostas de Encaminhamentos

DESENBAHIA - A Desenbahia não possui esta linha de financiamento. A que possuímos é a linha Prótaxi para financiamento de carros novos para taxistas e o de transporte escolar para aquisição de Vans. Para estas linhas, utilizamos de recursos do FUNDESE (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia).

Desafio nº 2e

Tema: Regulação

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia –
Permissão para implantar projetos de GERAÇÃO DISTRIBUIDA com GÁS NATURAL, sem necessidade de comprovar cogeração qualificada

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:

SEE-MME/ANEEL

Propostas de Encaminhamentos

ANEEL - ...

Desafio nº 2f

Tema: Regulação

Aumento da demanda de GN no Estado da Bahia – Incremento da disponibilidade do gás natural e a cadeia de bens e serviços local.

Remetente: Secretaria de Infraestrutura da Bahia

Representante(s) para Tratamento:
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE/ANEEL/SEE-MME/DGN-MME/ANP

Propostas de Encaminhamentos

- SDE** -
1. Estimar os volumes remanescentes de gás natural nas bacias do Recôncavo e Tucano e cenários de volumes a ser disponibilizados;
 2. Atrair novas indústrias que utilizem GN como matéria-prima ou fomentar o aumento da demanda das indústrias já instaladas;
 3. Regulamentar a geração de energia a partir de GN sem obrigatoriedade de cogeração (monetização de pequenos volumes);
 4. Regulamentar a comercialização direta de GN ao Posto de Combustíveis (sem intermédio de distribuidora de gás natural).

Desafio nº 3

Tema: Regulação

Acesso a infraestrutura de escoamento e outras instalações essenciais relacionadas a petróleo e gás natural - Produtores de gás onshore não tem acesso ao sistema de transporte (TAG) para comercializar.

Remetente: ABRACE

Representante(s) para Tratamento:

ANP/TAG/Petrobras

Propostas de Encaminhamentos

ANP - Discutir com Petrobras e TAG o cronograma para adaptação dos contratos legados. O prazo para conclusão do estudo da capacidade disponível que possa ser oferecida em modalidade firme, está previsto para o fim de janeiro de 2021.

(continua)

Desafio nº 3 cont

Tema: Regulação

Acesso a infraestrutura de escoamento e outras instalações essenciais relacionadas a petróleo e gás natural - Produtores de gás onshore não tem acesso ao sistema de transporte (TAG) para comercializar.

Remetente: ABRACE

Representante(s) para Tratamento:
ANP/TAG/Petrobras

Propostas de Encaminhamentos

TAG - A TAG em conjunto com a ANP e Petrobras estão trabalhando no cálculo da capacidade remanescente disponível da malha em função do compromisso assumido pela Petrobras junto ao CADE (TCC) em reduzir sua flexibilidade nos contratos de transporte vigentes. Este trabalho irá propiciar a realização de um processo de Chamada Pública de capacidade de Transporte ao longo de 2021. Não obstante, a TAG tem avaliado às solicitações concretas de agentes interessados em acessar sua malha de transporte no curto prazo, mesmo antes da realização do referido processo de Chamada Pública, contando com os dispositivos previstos no arcabouço regulatório vigente. Caso concreto de curto prazo se refere a iminente retomada da operação das plantas de fertilizantes arrendadas nos estados de Sergipe e Bahia, representando um importante sinal para atividade econômica do país. Portanto todos os carregadores interessados devem encaminhar seus casos concretos de necessidade de acesso à TAG, para que sejam analisados com a devida prioridade em conjunto com a ANP. Cumpre destacar ainda que as potenciais injeções de gás na região nordeste da malha da TAG por parte de agentes do programa REATE, através do acesso compartilhado à infraestruturas existentes de tratamento e processamento da PBR (UPGNs), são positivas para o sistema integrado de transporte, uma vez em que as injeções de gás offshore ao longo dessa região vem historicamente diminuindo de volume, a medida em que os campos são depletados. Desta forma reiteramos o compromisso da TAG de atendimento aos novos agentes, ficando à disposição para análise técnica, regulatória e econômica detalhada dos casos concretos que nos forem encaminhados. (Continua)

Desafio nº 3 cont

Tema: Regulação

Acesso a infraestrutura de escoamento e outras instalações essenciais relacionadas a petróleo e gás natural - Produtores de gás onshore não tem acesso ao sistema de transporte (TAG) para comercializar.

Remetente: ABRACE

Representante(s) para Tratamento:
ANP/TAG/Petrobras

Propostas de Encaminhamentos

Petrobras - Em 2019, a Petrobras declinou de sua exclusividade ainda remanescente em função de ser carregadora inicial referente aos contratos de serviço de transporte vigentes, bem como enviou à TAG proposta de indicação de capacidades de entrada e saída, restringindo suas flexibilidades logísticas, de forma que a capacidade remanescente pudesse ser ofertada pela transportadora TAG a terceiros. Desde então, houve diversas reuniões técnicas realizadas entre as equipes de ambas as empresas, contudo, até o momento, não houve posicionamento definitivo do transportador em relação à indicação de capacidades de entrada e saída enviada pela Petrobras em setembro de 2019, restando pendente a conclusão pela ANP da análise da documentação acerca da capacidade de transporte de gás natural nas instalações de transporte de gás natural da TAG e aprovação do modelo de simulação termo-hidráulica do sistema de transporte da TAG. Após esta etapa, deverão ser implementadas as seguintes ações:

- Ajustes contratuais que reflitam as restrições de flexibilidades da Petrobras (item 2.2.1. do TCC);
- Definição pela transportadora da capacidade remanescente a ser ofertada ao mercado por meio de chamada pública;
- Oferta de capacidade pela TAG para contratação por terceiros no regime de entrada e saída, conforme decreto 9.616/2018, de 17/12/2018.

Em relação ao item (a) supracitado, cabe mencionar que a expectativa é de que a implementação dos ajustes contratuais aplicáveis ocorra até o início do segundo semestre/2021 para que os novos contratos de transporte celebrados entre a TAG e os novos carregadores na modalidade firme comecem a vigorar em janeiro/2022. Para o ano de 2021, até que o transportador esteja apto a realizar chamadas públicas para oferta de serviço de transporte ao mercado, na modalidade firme, há a possibilidade de celebração de contrato interruptível entre a TAG e os novos carregadores, como alternativa para acesso à malha no curto prazo, podendo o novo carregador migrar para um contrato firme após realização de chamada pública de capacidade (prevista para o segundo semestre de 2021). A TAG aguarda a aprovação pela ANP quanto à minuta do Contrato Interruptível, bem como as tarifas aplicáveis.

Importante mencionar que há a necessidade de implementação de nova regulamentação por parte da ANP, especialmente no que tange à metodologia de cálculo tarifário e definição de regras essenciais para a operacionalização do modelo de Entrada e Saída como, por exemplo, o mecanismo de roll-in de tarifas, repasse de receita entre transportadoras e alocação de custos entre os pontos de entrada e as zonas de saída. Para tanto, encontra-se em curso na ANP o desenvolvimento de uma agenda regulatória para que o novo regramento seja implementado nos próximos anos.

Desafio nº 4a

Tema: Mercado

Desinvestimento da Petrobras - Falta de celeridade na condução da licitação do TR-BA. Não se define o vencedor e nem se dá garantia da continuidade de operação pela própria Petrobras, ficando o mercado desassistido desta importante infraestrutura.

Remetente: FIEB CIMATEC

Representante(s) para Tratamento:
Petrobras

Propostas de Encaminhamentos

Petrobras - Inicialmente, é importante destacar que a PETROBRAS está comprometida com o sucesso do processo de arrendamento do certame, inclusive tendo antecipado o cumprimento do seu compromisso no TCC, lançando o Edital de Arrendamento com aproximadamente 2 meses de antecedência ao pactuado com o CADE.

O processo licitatório referente ao Edital ARRENDAMENTO G&E 001/2020 - PETROBRAS foi encerrado sem vencedores em 18/12/2020, uma vez que a licitação resultou fracassada, ou seja, todos os interessados restaram inabilitados ou tiveram suas propostas desclassificadas, conforme comunicado publicado pela Comissão de Licitação em <https://petrobras.com.br/pt/canais-de-negocios/arrendamento-tr-ba/>.

Adicionalmente, considerando tal resultado e em alinhamento com o Comunicado ao Mercado emitido em 01/10/2020, a PETROBRAS permanece comprometida com o lançamento de um novo certame em 2021, já tendo iniciado as tratativas junto à ANP e às transportadoras TAG no que concerne ao acesso ao transporte dutoviário, visando aprimorar os seus termos em relação ao certame em curso, com o consequente aumento de competitividade.

No que tange à preocupação com a disponibilidade do TR-BA para atendimento ao mercado, a PETROBRAS esclarece que permanecerá operando as instalações que são objeto do arrendamento, inclusive na hipótese de realização de um novo processo licitatório, até a transferência de posse das instalações para a futura Arrendatária, não sendo prevista qualquer descontinuidade operacional.

Desafio nº 4b

Tema: Bens e Serviços

**Desinvestimento da Petrobras -
Permanência de equipamentos de
grande porte nos ativos objeto de
cessão**

Remetente: ABPIP

Representante(s) para Tratamento:
Petrobras

Propostas de Encaminhamentos

Petrobras - O tratamento dado aos contratos com terceiros e fornecedores depende das especificidades de cada Polo em desinvestimento, não havendo objeção, a priori, para que seja negociada a eventual cessão de contratos da Petrobras ao novo operador, avaliando-se a viabilidade e conveniência de cada caso.

Contudo, é importante ressaltar que alguns equipamentos ou recursos são supridos a partir de contratos globais, que transcendem o Polo em desinvestimento, o que inviabiliza a cessão do contrato para o novo operador. Ademais, a cessão de um contrato de serviço usualmente depende da anuência do fornecedor, o que precisa ser negociado caso a caso.

Desafio nº 5a

Tema: Bens e Serviços e
Licenciamento
Ambiental

Poço Transparente - **Indefinição quanto ao Poço Transparente. A Bacia do Recôncavo reúne as melhores condições geológicas e logísticas para implantação deste projeto.**

Remetente: FIEB CIMATEC

Representante(s) para Tratamento:
MME/PPI

Propostas de Encaminhamentos

MME – Está elaborando, em conjunto com SPPI e ANP, Edital para seleção de projeto de poço transparente, a ser realizado em área concedida.

O Edital trará os critérios para a seleção dos projetos e das locações, além de manual de boas práticas e orientações com relação ao licenciamento ambiental.

- Será agendada reunião entre MME e Procuradoria-Geral da República, no âmbito do acordo de cooperação firmado entre as duas partes, para tratar do tema.

Desafio nº 5b

Tema: Licenciamento Ambiental

Poço Transparente

Remetente: ABPIP

Representante(s) para Tratamento:
PPI e INEMA

Propostas de Encaminhamentos

PPI - Avaliar, junto ao MME (AESAs), PPI (SELA), Ibama e Inema se é possível fazer a delegação de competência para concentrar o licenciamento de todas as fases do projeto no órgão ambiental estadual.

INEMA - A exploração em reservatórios não convencionais foi suspensa por liminar judicial, desde a tentativa de concessão de blocos nesta condição (12ª rodada da ANP). Em função disso, não existem procedimentos específicos, mas estes estão em discussão e poderão, futuramente, compor a Norma Técnica de E&P em elaboração, desde que não haja impedimento jurídico.

Desafio nº 6

Tema: Mercado

Comercialização de Petróleo e Gás Natural - Redução da assimetria entre compradores e vendedores -

Falta equacionamento da comercialização da produção de petróleo e gás natural. A forte assimetria entre produtores e compradores impedem uma condição regular de mercado.

Preços adequados para comercialização.

Remetente: FIEB CIMATEC/ABPIP

Representante(s) para Tratamento:

ANP

Propostas de Encaminhamentos

ANP - No caso de eventuais infrações à ordem econômica nas operações comerciais do segmento onshore, avalia-se que os instrumentos mais adequados para essa situação específica são os previstos no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), ao amparo da Lei 12.529/2011. A ANP irá subsidiar o CADE com informações dos setores regulados da ANP em eventual processo de investigação de prática abusiva instaurado na entidade.

Com intuito de minimizar este problema, no caso do gás natural, a ANP editou a Resolução ANP nº 794/2019, por meio da qual estão sendo publicados o inteiro teor dos contratos de venda de gás natural para as Distribuidoras estaduais, assim como tem sido publicado mensalmente os preços agregados de venda de gás natural nos diversos elos da cadeia. Tais informações pode ser acessadas em <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/acompanhamento-do-mercado-de-gas-natural>.

Desafio nº 7

Tema: Dados Técnicos

Banco de Rochas no estado da Bahia

Manutenção, gestão e disponibilização de todo acervo de dados de rochas das bacias sedimentares.

Remetente: FIEB CIMATEC/SEINFRA

Representante(s) para Tratamento:

ANP

Propostas de Encaminhamentos

ANP - O Polo de Amostras de Rochas e Fluidos da Bahia esta bem posicionado em relação a outras unidades da Federação visto que a Petrobras mantém o maior depósito desse tipo de amostras, de todo o Brasil, nesse Estado, existindo portanto, infraestrutura para acesso, pesquisa e projetos sem a necessidade de aporte da ANP de recursos ou projetos específicos nesse momento em relação ao problema. Há na Bahia quase todo o acervo de amostras de rochas e fluidos de todo o nordeste brasileiro, e a solicitação de acesso pode ser realizada por qualquer empresa e universidade via Coordenação de Rochas e Fluidos da SDT.

ANP - A SDT já atua de forma a facilitar e baratear o acesso as amostras de rochas e fluidos através do acordo de cooperação entre CPRMxANPxPetrobras que visa a guarda das amostras pelo Serviço Geológico do Brasil, já estando em curso há dois anos o projeto PD&I da ANP. Portanto, já está em andamento projeto definitivo de solução, e este encontra-se em fase avançada. Porém como citamos anteriormente, a SDT não vê óbice do CIMATEC receber, armazenar e disponibilizar as amostras públicas de rochas do Estado da Bahia, porém é preciso que o CIMATEC obtenha as condições necessárias e se prepare para ser o fiel depositário da União

Desafio nº 8

Tema: Regulação

Revisão dos critérios para exigência do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção de Petróleo e Gás Natural (SGI)

Remetente: ABPIP

Representante(s) para Tratamento:

ANP

Propostas de Encaminhamentos

ANP - A revisão do arcabouço regulatório de segurança operacional da E&P, o que inclui o SGI, faz parte da Agenda Regulatória 2020-2021. Alternativas relacionadas aos critérios para aplicação do SGI já estão sendo estudadas pela ANP. Além disso, a indústria poderá participar ativamente do processo, apresentando suas contribuições, conforme o seguinte calendário:

Minuta da resolução	-	03/2021;
Consulta pública	-	04/2021;
Audiência Pública	-	06/2021;
Conclusão	-	07/2021.

Desafio nº 9

Tema: Bens e Serviço

Fomentar a cadeia de bens e serviços local

Remetente: SEINFRA

Representante(s) para Tratamento:
ONIP

Propostas de Encaminhamentos

ONIP - ...

Desafio nº 10

Tema: Logística

Armazenamento de gás natural

Remetente: SEINFRA

Representante(s) para Tratamento:

EPE

Propostas de Encaminhamentos

EPE - A EPE, juntamente com o MME, publicou em julho de 2020, no âmbito do Subcomitê III do REATE, o relatório “Indicação de Áreas para Avaliação da Estocagem Subterrânea de Gás Natural – ESGN”. Dentre vários campos depletados, disponíveis para armazenamento de gás, em diferentes estados brasileiros, foram observados 9 localizados na Bahia. Na Mesa REATE Bahia, a proposta de encaminhamento da EPE para o tema abrange dois aspectos:

- discutir as possibilidades e desafios dessas áreas elencadas como disponíveis para Armazenamento de Gás Natural;
- propor um estudos de simulações de gasodutos que liguem as áreas disponíveis para estocagem à malha.

Divulgação dos Resultados



MESA REATE 2020 Estados

Cronograma

Consulta aos agentes públicos e privados	02/12 a 11/12
Análise e Consolidação das contribuições	até 05/01
Convocação da Mesa REATE e divulgação da pauta	05/01
Realização da Mesa REATE	26/01
Divulgação dos resultados	02/02

Bahia
26 de Janeiro

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL